

RECIFE: UMA CAPITAL DO NORDESTE NO CAPITALISMO TARDIO

LUÍS MANUEL DOMINGUES DO NASCIMENTO*

Entre o ano de 1971 e 1973, o então prefeito da cidade do Recife, Augusto Lucena, havia se empenhado no projeto de alargamento e prolongamento da Av. Dantas Barreto, ligando a Praça da República, no bairro de Santo Antonio, à Praça Sérgio Loreto, no bairro de São José, localizada na área central da cidade. A construção dessa obra viária custou à municipalidade um longo embate entre a administração municipal e setores organizados da sociedade, principalmente, no que se referia à necessidade ou não da demolição da Igreja dos Martírios, considerada pela municipalidade como imprescindível para a construção da avenida.

Após a conclusão da Av. Dantas Barreto, o Prefeito Augusto Lucena deu início as tratativas para execução de um outro programa de intervenção urbana na área central da cidade. Tratava-se do projeto de reurbanização para a construção da Praça Machado de Assis, no início da Av. Avenida Conde da Boa Vista e adjacências que, segundo os técnicos da Prefeitura da Cidade do Recife, que a conceberam, comportaria os seguintes parâmetros:

Só o mais antigo e já mais trabalhado dos projetos de reurbanização do Recife - o da construção da Praça Machado de Assis, entre as ruas da Imperatriz e Sete de Setembro e a Avenida Conde da Boa Vista - poderá proporcionar à cidade uma área verde de 1.500 m² e a substituição de velhos e deteriorados pardieiros por sofisticados equipamentos de serviços, que incluirão estacionamento rotativo subterrâneo em dois ou três níveis, bares, quiosques, agências bancárias, cabines telefônicas e pequenos teatros ou locais para apresentação pública. (A CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE, nº 16, set. 1974: 10-14)

Temos aqui um projeto que visava confeccionar um espaço e um cenário urbano expurgado das histórias passadas e das formas que se consideravam decaídas, degradadas, contraproducentes e inconvenientes, presentes e disseminadas em outros espaços da cidade, através da eliminação, em seu interior, dos vestígios da paisagem geográfica da qual a Praça *não quer ser parte da cidade, mas seu equivalente ou substituto*,¹ alocando em seu lugar elementos considerados relevantes para a constituição de um espaço quase totalmente destinado ao lazer e ao consumo de produtos culturais e de serviços, direcionados para atender às necessidades de uma clientela que podia pagar para usufruí-la.

* Professor de História do Departamento de História da UFRPE e Doutor em História pela UFPE.

¹ Para a análise da configuração e propósitos do espaço que se pretendia para a Praça Machado de Assis, utilizaremos aqui as análises e críticas feitas por Fredric Jameson para o Hotel Bonaventure, construído pelo arquiteto e empreiteiro John Portman, no centro novo de Los Angeles. Sobre esta citação, consultar: JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 64.

O objetivo de fazer da Praça Machado de Assis - um espaço equivalente e substituto daqueles que eram considerados degradantes na cidade - era identificado a partir das próprias razões alocadas para a urbanização do espaço onde teria lugar a Praça:

A área a ser urbanizada abrange um local que até o momento é desprovido de qualquer infra-estrutura, Não possui calçamento, iluminação ou galerias pluviais. Em alguns locais, nos fundos dos velhos edifícios da Imperatriz e Aurora, principalmente, o lixo acumulado exala mau cheiro e as construções desprovidas de qualquer serviço de manutenção estão sujas, sem reboco ou indício de caiação ocorrido nas últimas décadas.

Aquí e acolá, a exposição de roupas e toalhas em janelas ou varais improvisados. Nas paredes dos velhos prédios cresce musgo abundante e alguns muros estão parcialmente destruídos. Todo o conjunto provoca uma impressão de abandono.

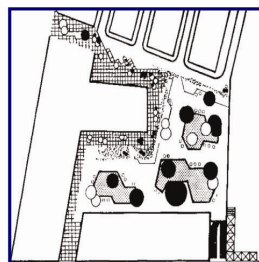
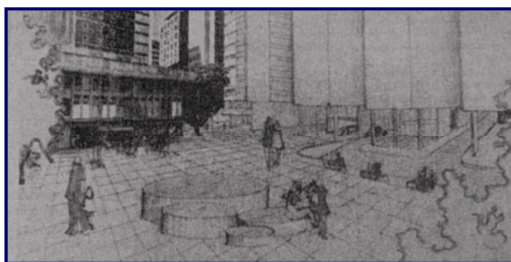
Há também um improvisado estacionamento, feito de toros de madeira e telhas desgastadas pela chuva e pelo sol. O resto da área é também repleto de veículos, havendo apenas três árvores. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1974: 3, 1º Caderno)

Nessa área deveria ser construída a Praça Machado de Assis, onde teria lugar um novo cenário e espaço, com outras feições e expurgados de seus aspectos degradantes:

O logradouro terá jardins e árvores, os bares serão localizados ao ar livre e nos quiosques serão vendidos sorvetes, pipocas, bombos, revistas e flores. Serão também construídos locais específicos para pequenas apresentações públicas, tais como violeiros e outros shows populares. Bancos públicos e cabines telefônicas farão parte dos benefícios a serem instalados naquele local.

A área verde terá uma via de acesso, destinada ao uso exclusivo de pedestre, e três que servirão para o fluxo de carros que utilizarão o estacionamento rotativo no subsolo.

Com a urbanização da praça, o comércio das áreas vizinhas será dinamizado e o recifense terá um novo ponto para sua recreação e repouso, em pleno centro da cidade. O início das obras está previsto para este ano, ainda. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13/05/1974: 3, 1º Caderno)



Da esquerda para direita: Fig. 1. Croquis da Praça Machado de Assis; Fig. 2. Planta baixa da Praça; Fig. 3. Local de construção da Praça.
Fontes: Fig. 1 e 3: *Diário de Pernambuco*, de 13/05/1974, p. 3, 1º Caderno; Fig. 2: *A Construção Norte Nordeste*, nº 16, set. 1974, p. 10-14.

O cenário proposto para a Praça Machado de Assis seria, assim, dirigido exclusivamente para atividades consumistas e dele seriam expurgados os distúrbios produzidos pela divisão social do trabalho, os estigmas e as chagas das desigualdades sociais e a politização da vida urbana. O objetivo era criar uma realidade agradável ou hiper-realidade, segundo a terminologia de

Jean Baudrillard,² que se constituiria num espaço neutralizado em relação às dimensões simbólicas das relações sociais, sendo homogeneizado pelos signos e pela cultura consumista que dissimulam os problemas urbanos e sociais contemporâneos, pois este espaço seria dotado de meios e modos de controle para atender à obsessão da segurança e estabeleceria uma indiferença para com os indesejáveis, munido de mecanismo de segregação que os expulsariam para os guetos da periferia. Poderíamos, assim, segundo Baudrillard, ter tido na área central do Recife um espaço dotado de objetos e experiências manufaturadas projetadas para funcionarem de forma “mais reais” que a própria realidade.

Como no caso da construção da Av. Dantas Barreto, a Praça Machado de Assis era outro projeto de intervenção urbana, orientado para a expansão da produtividade capitalista em consonância com o projeto de consolidação da hegemonia de uma nova cultura comercial, marcada por uma simbiose entre mercado e mídia, em que mercadoria e imagem se identificam gradualmente (JAMESON, 1996: 282), atuando de forma iconoclasta contra a história, a memória e a cultura existente que, conforme observou Fredric Jameson, passam a ser *gradualmente colonizadas e exterminadas pela integração ao sistema de mercado*. (JAMESON, 1996: 88) Assim sendo, passa-se a afirmar uma nova cultura do consumo às custas de uma demolição do passado, por portar aparências disformes, colocando-se no seu lugar uma estética que é a sua negação e, ao mesmo tempo, configurando-se como formas harmônicas para o deleite, a admiração e a apazibilidade que atuam como um bônus prazeroso de consumo: *o consumo do próprio processo de consumo, muito além do de seu conteúdo e dos produtos comerciais mais imediatos*. (JAMESON, 1996: 282)³

A partir das proposições de Baudrillard, com a construção da Praça Machado de Assis, o Recife teria entrado num estágio em que os artefatos culturais, as imagens, as representações, os sentimentos e estruturas psíquicas se tornariam parte do mundo econômico, com as imagens sociais ou signos funcionando como mercadorias e produzindo a hegemonia do valor

² Sobre o conceito de hiper-realidade, consultar: BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 93-98. Para esse autor, o mundo contemporâneo viveria uma realidade não mais mediada pelas relações sociais fundadas nas trocas entre valor de uso e valor de troca, mas sim, por trocas de valores simbólicos midiaticizados.

³ Essa colocação de Fredric Jameson se refere a tecnologia computacional que adicionaria ao consumidor bônus, na medida em que ele participa de cada sessão de consumo da mídia. Esse raciocínio também pode ser extrapolado para os espaços instaurados e organizados para o consumo, na medida em que eles procuram ofertar aos consumidores algo mais de prazeroso do que aquilo que ele vai estritamente consumir: um prêmio ou uma vantagem concedida a mais pelo consumo que realiza.

simbólico, que passaria agora a predominar sobre o valor de uso e valor de troca, com as operações da cultura e significação, subordinando a si a atividade econômica. Mas, conforme as análises de Fredric Jameson, o problema não é saber se o que estava em jogo era ou não a afirmação e supremacia do “valor simbólico”, pois este era e é muito mais uma manifestação de uma nova cultura do consumo, que também se pauta por sua avaliação quantitativa, pelo seu ajuste ao mercado e pelas possibilidades de prover e realizar a mais-valia.

Nesse sentido, tanto o projeto da Praça Machado de Assis como outros da municipalidade - à época - partiam sempre de uma avaliação quantitativa ajustada ao mercado, e do diagnóstico das perspectivas de extração de mais-valia. Isso fica bem claro na seguinte passagem do relatório para o projeto concebido para Brasília Teimosa: *a área dispõe de condições privilegiadas para assegurar um rápido retorno de capital a investimentos que sejam feitos para sua completa reurbanização.* (A CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE, nº 16, set. 1974: 10-14)

A reurbanização era agora um grande negócio fundado na coisificação mercantilizada da vida espiritual e da cultura simbólica proporcionadas por uma crescente acumulação de mercadorias e de extração de mais-valia. Tanto é que, entre as razões para não se levar adiante o projeto de construção da Praça Machado de Assis, estão aquelas arrolados por Denis Bernardes: (...) *por conta de problemas técnicos de execução, pelo grande custo da obra e pela maior capacidade de resistência dos usuários e proprietários de imóveis que seriam demolidos, a Praça Machado de Assis não foi realizada (...).* (BERNARDES, 1996: 90)⁴

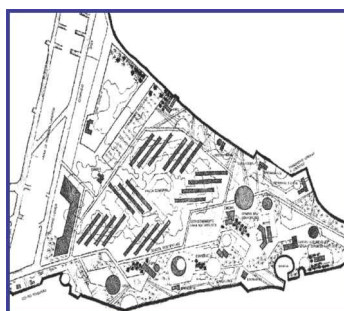


Fig. 4. Projeto de Reurbanização de Brasília Teimosa.
Fonte: A Construção Norte Nordeste, nº 16, set. 1974, p. 10.

⁴ Para se ter uma dimensão dos custos e da repercussão da obra, vale salientar que seriam desapropriados e demolidos 43 prédios, sendo doze na Rua Sete de Setembro, quatorze na Rua da Imperatriz, oito na Rua da Aurora e oito na Av. Conde da Boa Vista, a maioria com mais de quatro pavimentos. Sobre essa informação, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 13/05/1974, p. 3, 1º Caderno.

Ou seja: por um lado, a taxa de inversão de capitais para a continuação dos investimentos nos projetos de reordenamento urbano da área central do Recife se apresentavam insuficientes devido ao volume investido nas obras de abertura e alargamento da Av. Dantas Barreto, com a Prefeitura da Cidade do Recife encontrando limites para o financiamento; por outro lado, o desgaste político proporcionado pelas polêmicas e embates sobre as demolições no bairro de São José, para a construção da Av. Dantas Barreto, e uma organização política mais articulada e consistente dos opositores estabelecidos na Boa Vista impôs injunções políticas aos programas de reurbanização pretendidos pelo Prefeito Augusto Lucena, levando o projeto da Praça Machado de Assis para as gavetas governamentais.

A proposição de construção da Praça Machado de Assis ainda seria retomada no primeiro ano da gestão do prefeito Antônio Farias (1975-1979). No entanto, a discussão da construção da praça já apresentava os desgastes da oposição que o projeto havia sofrido no ano anterior, tanto que a sua reapresentação, feita através de reportagem especial no Diário de Pernambuco, no *Caderno Recife*, de 2 de novembro de 1975, aventava possibilidades de alterações no projeto original, apresentando-se soluções alternativas a este, e a decisão quanto à consecução cedia lugar à incerteza, contrapondo-se com a perspectiva incisiva de realizar e de viabilizar a construção da praça na gestão do prefeito Augusto Lucena.⁵

Praça Machado de Assis vai ser construída e terá uma garagem subterrânea.

A Empresa de Urbanização do Recife – URB-Recife – concluiu o projeto de construção da Praça Machado de Assis situada por trás do Cinema São Luiz, que será dotada de uma garagem subterrânea com capacidade para 200 carros, além de um estacionamento rotativo. O projeto de construção da praça faz parte do Plano de Humanização do Recife, com apoio total do prefeito Augusto Lucena. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1974: Caderno Recife, 9)

Projeto Praça Machado de Assis

A Praça Machado de Assis é a área interna da quadra limitada pela Avenida Conde da Boa Vista, Rua da Aurora, Rua da Imperatriz e Rua Sete de Setembro.

Foram estudadas três soluções para a área: 1 – Praça e estacionamento a nível – este plano propõe a execução de uma praça com áreas ajardinadas, limitada por um estacionamento rotativo com capacidade para 67 veículos. 2 – Edifício Garage – adotando esta solução, haverá um estacionamento para 445 veículos em um edifício que ocupará parte da área, ficando o restante para a praça. 3 – Praça a nível e estacionamento a subsolo – a solução escolhida: o programa consiste em uma praça que se estende por toda área, onde serão implantados equipamentos tais como: bares com área livre, quiosques, lajeados para pequenas apresentações, jardineiras com

⁵ Quanto ao uso do espaço para o qual que era destinado a construção da Praça Machado de Assis, na atualidade o que existe é uma área ampliada após algumas poucas demolições à época, e um conjunto de lojas e bares estabelecidos no térreo dos edifícios, um estacionamento organizado de forma desordenada e local de acomodação de mesas e cadeiras para os frequentadores dos bares existentes, verificando-se a ausência de qualquer tipo de serviço de manutenção da área por parte da Prefeitura.

bancos, árvores de médio porte; como complementação está prevista a implantação de um sub-solo para estacionamento de autos com capacidade para 200 veículos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1974: Caderno Recife, 9)

O projeto da praça era parte de um plano mais amplo da Prefeitura: o Plano de Humanização do Recife. Com o detalhamento do projeto da Praça Machado de Assis, podemos observar que a ênfase era de disponibilizar espaços na área central do Recife que viabilizassem o estacionamento dos veículos que fluíam pelo centro da cidade, integrando-se dessa forma à lógica que tinha dado lugar à Av. Dantas Barreto, pois se havia alguma humanização ela era dirigida, em primeiro lugar, ao proprietário do veículo e, em segundo lugar, aos indivíduos aptos a consumir as mercadorias e serviços ofertados após a construção da praça.

O fiasco do projeto de construção da Praça Machado de Assis não significou, entretanto, a suspensão de projetos e intervenções de renovação urbana na área central da cidade. No final de 1974, a URB-Recife anunciava novos projetos destinados às principais ruas do centro comercial do Recife, que deveriam ser transformadas em logradouros e áreas de lazer somente para pedestres, de modo que pudesse, segundo os mentores do projeto, auxiliar na redução das tensões dos pedestres, na promoção e dinamização do comércio varejista e orientá-los, também, para a exploração do turismo. O projeto comportava um parque e estacionamento de 1.210 m², com capacidade para 58 automóveis, tratamentos paisagísticos e ruas imitando jardins para o fluxo dos pedestres. Os logradouros contemplados seriam a Rua Duque de Caxias, Larga do Rosário, Estreita do Rosário, Rua do Fogo, parte da Praça da Independência e trechos da avenida Nossa Senhora do Carmo, além de tratamentos paisagísticos ao longo de trechos das avenidas Dantas Barreto e Martins de Barros e da Rua 1º de Março, locais onde estavam situados - à época - importantes setores do comércio da capital pernambucana. Uma descrição do projeto nos é fornecida por reportagem da revista *A Construção Norte Nordeste*:

É evidente que a Urb-Recife quer ir além, inclusive valorizando a área constante do seu novo projeto. Assim é que serão criados ambientes de lazer para o público, com bancos e árvores de pequeno porte, além de calçadas coloridas, com desenhos assimétricos. Nos calçadas, o projeto prevê o uso de material de grande resistência para permitir, à noite, o tráfego de caminhões de abastecimento às casas comerciais e hotéis do trecho.

Aproximadamente 20 jardineiras serão implantadas para conferir à área uma aparência de jardim, eliminando-se desse modo a tradicional concepção que tem cada rua. Está prevista também a instalação de 15 barracas em fiberglass, para venda de revistas, bombons, sorvetes. Além disso, o projeto prevê postes de iluminação adequados ao novo tipo de organização e recipientes para coleta de lixo, em fiberglass, de modelos moderníssimos.

Convicta de que uma área somente para pedestre deve naturalmente oferecer condições para estacionamento fácil, a Urb-Recife projetou um parque com 1.210 m² e capacidade para 58 automóveis. Tal estacionamento terá acesso pelas ruas Estreita do Rosário e Larga do Rosário, com saída pela praça da Independência. Os acessos totalizam 1.225 m² e terão controle (inclusive com pagamento de taxa) para evitar o ingresso de automóveis que busquem apenas fazer o retorno. Através desse mesmo sistema de controle, será evitada a entrada de veículos que não estejam ligados aos serviços de hotéis e bancos do trecho. (A CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE, n° 20, jan. 1975: 24-25)

Com esse projeto, o prefeito Augusto Lucena realizou intervenções que possibilitaram, no futuro, a destinação da Rua Duque de Caxias ao uso exclusivo de pedestre e operou a ampliação e reforma da Praça da Independência. A conversão das outras ruas e mais algumas da área central, como a Rua da Imperatriz e Rua Nova, no que à época se chamava em “ruas jardins”, e nelas a adoção dos equipamentos foram realizadas por administrações posteriores nos anos de 1970 e 1980. Mesmo assim, a única rua que o prefeito conseguiu converter para uso exclusivo de pedestre, a Duque de Caxias, já estava plenamente ocupada pelos vendedores ambulantes em agosto de 1975, com quem os transeuntes tinham que disputar espaços para se locomover.⁶ Esse aspecto era tão relevante, que a própria prefeitura admitia que a conversão da referida rua ainda não havia sido concluída, pelo menos como se pretendia no projeto de humanização, levando uma reportagem do Diário de Pernambuco a concluir, a partir de informes da URB-Recife, que: *a Rua Duque de Caxias já é rua de pedestre, embora não esteja urbanizada para tal função; a pesquisa de aceitação, já efetuada, mostrou apoio da parte dos proprietários.* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/11/1975: Caderno Recife, 11)

A primeira rua da área central do Recife que, de fato, teria um perfil similar ao de uma “rua jardim” seria a Rua das Flores, constituindo-se, talvez, no primeiro espaço público destinado ao serviço do incremento da circulação e do consumo da mercadoria, dotado de uma realidade agradável, à disposição de uma clientela que poderia usufruí-la como se fosse a sua casa e por ela enveredar para consumir as mercadorias expostas à exibição pública como imagens de um sonho, como se referendasse aquelas passagens descritas por Walter Benjamin para a Paris dos poemas de Charles Baudelaire: *Tal imagem é presentificada pelas passagens, que são tanto casa quanto rua.* (BENJAMIN, 1985: 40) Assertiva que seria corroborada pela seguinte manchete com relação às potencialidades da Rua das Flores: *O Largo das Flores, no centro*

⁶ Esta informação foi extraída de uma reportagem intitulada: **Acúmulos de ambulantes na Duque de Caxias dificulta passagem dos transeuntes**, in **Diário de Pernambuco**, de 18/08/1975, p. 2, 1º Caderno.

do Recife, um ambiente sempre convidativo às compras ou à visitação, (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/10/1976: A-3) ou, ainda, por um anúncio da URB-Recife sobre os objetivos de urbanização da área central da cidade:

Faça de sua rua uma vitrine.

O recifense quer sossego nas ruas comerciais do centro da cidade. Para admirar tranqüilamente, as vitrines das lojas e fazer suas compras. Com segurança e conforto. A URB – Empresa de Urbanização do Recife veio ao encontro dos pedestres. E vai devolver a eles o centro da cidade: ruas desobstruídas, arborizadas, com calçadas e equipamentos comunitários. Com o apoio e a participação dos comerciantes lojistas, a URB executará o Projeto de Humanização do Recife, que consiste exatamente nisto: abrir passagem para as pessoas e fazer das ruas autênticas vitrines.

Colabore com a URB.

Vamos fazer o Recife mais humano.

Prefeitura Municipal do Recife.

URB – Empresa de Urbanização do Recife. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/10/1976: A-9)

Mais de um ano antes, essas probabilidades eram apresentadas após o anúncio da reformulação do projeto de urbanização da Rua das Flores, conforme trecho da reportagem abaixo:

A Empresa de Urbanização do Recife (URB) conclui este mês as obras de urbanização da Rua das Flores, que foram paralisadas para uma reformulação geral no projeto. A urbanização daquela artéria está entre as principais realizações do prefeito Antônio Farias, com a finalidade de diminuir os problemas provocados no centro urbano pelo crescimento irregular da cidade, que contribui para dificultar o acesso e circulação de pedestres.

O plano de valorização urbana que a URB-Recife propôs para o centro da cidade consiste em isolar alguns trechos da cidade para uso exclusivo dos pedestres, com parques e jardins, as chamadas áreas humanizadas.

Essas áreas terão calçadas para livre uso e circulação de pedestres, com jardineiros, bancos e no e médio (sic), os trechos terão iluminação de acordo com a iluminação implantada em toda a cidade, em estilo moderno e eficaz.

Aos jardineiros de concretos da Rua das Flores já se encontram concluídas, faltando, ainda, para o término das obras a implantação dos quiosques, três postes, com luminárias ornamentais, cada uma delas com três lâmpadas de forma esférica, com vidro translúcido.

As jardineiras de concreto da Rua das Flores (sic) vidro; estes funcionarão na venda de flores, fazendo justiça ao antigo e poético nome – Rua das Flores – permitindo que o Recife reapareça em seu lado mais agradável. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/11/1975: Caderno Recife, 11)

No começo de 1977, a Prefeitura do Recife apresentaria à cidade outros projetos de áreas a serem humanizadas e um programa mais amplo de revitalização da área central do Recife, fundamentados nos mesmos princípios que nortearam o projeto da Rua das Flores, que iam desde a conversão da Pracinha do Diário em um calçadão, humanização de algumas ruas (ruas Novas e Imperatriz) até políticas de intervenção urbana, como: disciplinamento do tráfego de automóveis e dos estacionamentos; preservação dos conjuntos arquitetônicos; ampliação da

área de tráfego para o pedestre; recuperação de praças, largos e pátios; introdução de novas modalidades de transporte coletivo - os chamados frescões, coletivos climatizados para passageiros de poder aquisitivo maior, desestimulando por parte destes o uso do automóvel -; políticas de recuperação e manutenção das edificações; racionalização e ampliação do transporte coletivo entre o centro e os subúrbios; e ampliação da área verde da cidade.⁷

A diferença da proposição desse projeto, em relação aos que eram definidos e executados na gestão de Augusto Lucena, foi de que o prefeito Antônio Farias teve que abandonar pouco a pouco a discussão e deliberações efetuadas nos recintos fechados dos gabinetes da esfera do poder municipal e abrir canais de interlocução com a sociedade civil para a elaboração de projetos e sua execução. Esse tipo de procedimento já fazia parte da dinâmica administrativa do prefeito Antônio Farias, quando, em meado de 1976, o secretário de Planejamento do Recife, Valdeci Pinto, reuniu-se com técnicos de organismos estatais (Fidem, IPHAN e Fundarpe) para discutir o Plano de Urbanização do Recife.

Projeto urbano é modificação ousada na paisagem do Recife

Ontem, pela manhã, o secretário municipal do Planejamento, Valdeci Pinto, apresentou e discutiu com técnicos do Fidem, Iphan e Fundarpe o Plano de Urbanização do Recife. Ao final da reunião de três horas, foram feitas sugestões e alguns comentaram que “nunca se pensou em coisa tão grandiosa para a Cidade”. O Plano envolve principalmente aspectos do tráfego de automóveis e coletivos e a revitalização do centro da Cidade, devolvendo praças para o homem e criando ruas exclusivas de pedestres, calçadas, arborização e instalação de um mobiliário urbano, além da urbanização de ilhas, aproveitando o aspecto eminentemente fluvial do Recife. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/06/1976: 2)

Nessa notícia se destaca a participação do IPHAN e de seus técnicos como interlocutores. Tal destaque é relevante, em virtude de o IPHAN e de seus integrantes terem sido, em anos anteriores, o organismo estatal e o conjunto de indivíduos que tinham efetuado as críticas às mobilizações e as ações mais eficazes e significativas em relação aos projetos, programas e intervenções de modernização urbana na área central do Recife, quando da gestão do prefeito Augusto Lucena, principalmente, quando da construção da Av. Dantas Barreto e da demolição da Igreja dos Martírios. Contudo, isso não significava a instauração de mecanismos e de um espaço efetivo de discussão e deliberação entre a administração municipal e a sociedade, nem era, muito menos, uma concessão de mecanismos de interlocução fruto de uma visão e atitude

⁷ O programa de intervenção, apresentado no início de março de 1977, previa uma série de outras ações que se estenderiam a diversos bairros e logradouros do Recife que não estavam circunscritos a sua área central. Sobre esses planos consultar matérias jornalísticas in **Diário de Pernambuco**, de 02/11/1975, pp. 30-31-A.

esclarecida - de um mandatário municipal - com propensões mais democratas que seus antecessores. Tratava-se muito mais de uma mudança política que emergia tanto na cena nacional como local, resultante de um conjunto de fatores⁸ que pressionava o regime autoritário, instalado desde 1964, no sentido de sua liberalização, num momento em que os problemas sociais se aguçavam e ganhavam as manchetes diárias dos jornais.



Da esquerda para direita: Fig. 5. Plano de Urbanização da Rua das Flores; Fig. 6. Plano de Urbanização da Rua Nova; Fig. 7. Plano de Urbanização da Rua Imperatriz

Fontes: Fig. 5: *Diário de Pernambuco*, de 02/11/191975, Caderno do Recife, p. 2; Fig. 6 e 7: *Diário de Pernambuco*, de 06/03/1977, p. A-31.

Denis Bernardes, analisando os governos municipais do Recife, entre 1975 e 1985, denominaria os anos da gestão de Antônio Farias (1975-1979) como uma fase de transição, que se caracterizaria justamente por mudanças no modo da gestão municipal, sem que fosse abandonado, de imediato, o estilo das gestões anteriores fundadas nas grandes obras:

O essencial, portanto, nesta rápida visão desta 1ª fase do nosso segundo período, é o aparecimento, ainda tímido a contido, da necessidade de uma nova forma de fazer política e o reconhecimento da existência da sociedade civil e dos movimentos organizados. Este reconhecimento não foi fruto de uma espécie de "iluminação" súbita do poder. Vincula-se ao esgotamento de um ciclo de acumulação e, ao mesmo tempo, à fissura nas bases sociais de sustentação dos governos militares. Por outro lado, é fundamental mencionar que os movimentos sociais nunca desapareceram de todo e, sobretudo, tiveram na ação da Igreja um forte sustentáculo. (BERNARDES, 1996: 98)

De modo geral, da conclusão da Av. Dantas Barretos aos novos projetos de humanização do centro do Recife, tinha-se levado a termo a feitura do projeto de reforma e reordenamento urbano de toda a área central da cidade do Recife. A execução desse projeto começou com a reforma do porto e do Bairro do Recife, na década de 1920, prosseguindo com a reforma

⁸ Entres os fatores que podemos citar estão: a derrota eleitoral do partido do governo, a ARENA, para o partido de oposição ao regime, o MDB, nas eleições de 1974, principalmente, nos grandes centros urbanos do país; o desgaste e crise do modelo econômico vigente na primeira metade da década de 1970, acunhado de “milagre econômico”; as crescentes manifestações das massas populares proporcionada pelo descontentamento com as políticas e condições econômicas e sociais que sobre elas se abatiam; a (re)articulação da sociedade em busca de espaços políticos de participação; o advento de um novo sindicalismo e de organizações populares nos grandes centros urbanos; e, também, a existência de fissuras no bloco político no poder.

urbana que deu lugar à Av. Guararapes, no final da década de 1930 e nos anos de 1940, e prolongou-se, a partir de 1945, com as obras que deram início à Av. Dantas Barreto, na parte norte da Ilha de Santo Antônio, e continuou, posteriormente, com a construção da Av. Conde da Boa Vista, no Bairro da Boa Vista, a partir de 1946. Todas essas artérias comunicavam o Recife, principalmente o seu porto - em forma de leque - com o interior do Estado e do Nordeste, no sentido norte, noroeste, oeste e sudeste, através de ferrovias e, posteriormente, pelas rodovias. Faltava ainda a ligação direta da área central da cidade com o sul, mas antes disso ela teve que esperar a conclusão da Av. Mascarenha de Moraes, nos anos de 1950, para depois se dar início, a partir de 1971, à construção da Av. Dantas Barreto.

Contudo, os anos vindouros mostrariam que as soluções oferecidas e executadas na área central do Recife, principalmente nos bairros de Santo Antônio e São José, de pouca valia foram para resolver os problemas de trânsito, da disputa por espaço entre os transeuntes e veículos e de melhorias urbanas nos seus logradouros. Conforme o *Plano de Preservação dos Sítios Históricos*, elaborado pela Fidem (FIDEM, 1978: 185-206), os logradouros estudados e pesquisados, em número de 13, que vão da Praça das Cinco Pontas, com a Rua Imperial, até a Praça da República, quase todos apresentavam as seguintes demandas e problemas:

- necessidade de melhorias nos serviços de infraestrutura e nas condições de salubridades e habitabilidade das edificações;
- necessidade de preservação das características essenciais dos conjuntos;
- necessidade de restauração e conservação dos sítios históricos;
- revitalização de edificações para uso residencial, comercial e de serviço;
- disciplinamento do tráfego de veículos individuais e/ou de carga;
- estacionamento irregular de veículos;
- uso irregular de áreas dos sítios históricos como estacionamento de veículos;
- disciplinamento do comércio ambulante e remoção de estabelecimento comerciais irregulares;
- e, por fim, reorientar o uso, naquela atualidade dos imóveis.

Mesmo com esses problemas, consolidava-se, de forma consistente, nos espaços urbanos e nas praias recifenses a cultura ocidental do progresso e do moderno; e, com ela, portanto, uma anuência outorgada por essa cultura, disseminando a moral ditada pelo êxito material, e na consideração do valor para escolha e obtenção de objetos em vista dos fins pretendidos; os seus referenciais com estilos e apreciações de *ter* e *parecer* para poder consumir valores e objetos apreciados a partir de seu valor de troca no mercado; a sua razão cultural composta de valores, modelos e mitos produzidos segundo os critérios de ordem tecnológica e de funcionamento do mercado; e a lógica do mercado de que a produção, a circulação e o

consumo de mercadoria podem dominar e submeter os seus interesses às forças da natureza sem qualquer restrição de ordem moral. Todo esse contexto seria bem traduzido por Alceu Valença na letra da canção *Dente de Ocidente*, do seu disco *Molhado de suor*, lançado em 1974, quando o mito da modernização já apresentava as primeiras fissuras:

Essa espuma sobre a praia
É um dente de ocidente
É um dente, um osso, um dente
Vomitado pelo mar
Vem em ondas poluídas
Vem em nome da moral
Vem na crista dessa onda
A cultura ocidental
E a espuma branca se lança
Na força da preamar
Em ondas curtas, notícias
Na hora do meu jantar
Vem nos mistérios da noite
Na clara essência do dia
Nos anúncios luminosos
No vestido de Maria

Como na canção de Alceu Valença, essa modernização tinha uma matriz maturada e consagrada na história do Ocidente. O projeto de reforma e reordenamento urbano do Recife tinha como paradigmas aqueles inaugurados pelas reformas urbanas que Haussman operou em Paris, a partir de 1859, cujas ruas estreitas, os pardieiros, os labirintos urbanos, os obstáculos à locomoção e à percepção foram cedendo lugar às largas avenidas retilíneas e bairros racionalmente planejados para edificações, evitando assim, as aglomerações urbanas indesejáveis, a formação dos guetos, e orientando-a ao trânsito, à expansão e ao espetáculo mediado pela produção, circulação e consumo da mercadoria. O próprio Augusto Lucena lamentando a não continuidade das construções de ampliações e as desapropriações planejadas, que se estenderiam da Av. Dantas Barreto até o rio Motocolombó, início da Av. Mascarenha de Moraes, conclui que esta seria *uma avenida portentosa, grande, em termos da avenida de Campos Elíseos até a praça da Concórdia, em Paris*. (CICLO DE DEBATES, 1982: 59) Ou seja: o seu referencial era Haussman. E com esse referencial, Augusto Lucena e todos os interesses e grupos sociais que ele representava visavam dotar a área central do Recife de um território passível de controle, de meios para efetivar uma sociabilidade vigiada, de mecanismos que pudessem operar a exclusão daquilo que consideravam pobreza e

politização da vida urbana, dotando-a de espaços orientados às atividades consumistas e isentos dos aspectos indesejáveis comuns nas grandes cidades.

Em um trecho do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins, onde é descrito um percurso incongruente da personagem Maria de França, protagonista de um outro romance inserido nesse romance, escrito pela personagem principal do romance, Julia Marquesim Enone, constata-se que aqueles que transitavam pelas artérias da cidade já evidenciavam o significado da assimilação e o fato e a consciência de um grande expurgo de marcas e traços urbanos conhecidos e assimilados pela experiência.

A onisciência toda ficcional de que é portador o "eu" de Maria de França não se limita a ler no íntimo dos seus interlocutores ou dos que passam por ela. Abrange, com liberdade nem sempre concedida ao narrador impessoal, o registro do espaço, todos os seus sentidos debandados no Recife e libertos, portanto, da clausura corporal:

"Vocês não podem sentir, mas esse é o cheiro do mangue e da fumaça do trem das 7 da manhã, carvão de pedra, na direção do agreste, os balaústres da Ponte Velha, ferro alcatroado, começam a esquentar, entra pela boca, no ar, o gosto das mangabas e das agulhas fritas do Pátio do Mercado, badalam os sinos grandes do Carmo e dos Franciscanos, os sinos de menino das capelas, o sol vai subindo, montante da maré, sobe, alô! alô!, olhem e vejam, inunda os arrabaldes e o centro da cidade."

Olfato, tato, paladar, audição e visão, isolados, captam aspectos soltos do Recife num amanhecer de estio. Por vezes, altera Julia Enone o processo, acumulando a figura que os manuais designam por sinestesia:

"Vejam, vejam, o estouro das ondas, brilhante e cor de fuligem, quebra na praia, é bonito?, é bonito?, meninos estendem as mãos para fora da janela (na Torre, nos Aflitos, na Encruzilhada, em São José, nas pensões das toleradas da Rua Vigário Tenório), esse gosto da chuva nas palmas estendidas, o Arcebispo, sem sapatos, levanta a cara no meio do jardim, abre a boca santa, vê na língua sagrada a chispa do relâmpago, fecha a boca, a língua encandeada, Dudu!, amor meu, ouve o cheiro da chuva que devagar vai entrando pelos vidros meio abertos do ônibus, um segredo este perfume da chuva cruzando o óleo, a graxa, a tisma da garagem, no Palácio do Governo o Rei abre as narinas, aspira, não se move, não vê, aspira e ensina, real: 'A chuva é fria.'"

O apelo a todos os sentidos é por assim dizer, obrigatório nesse gênero descritivo, tão freqüente no livro e acusando tais variações que justificaria estudo à parte. (LINS, 1976: 73-74)

Aos olhos e à percepção dos transeuntes um novo cenário passou a atuar com uma força significativa sobre as suas faculdades de perceber e imaginar os espaços de sua cidade, onde tudo ou quase tudo serviu como uma arena em que a modernização se encenou com

grandiosidade, vibração e maestria à custa das promessas de redenção e felicidade acenadas pelo progresso, expresso desde as novas arquiteturas até os trabalhos de reforma urbana.⁹

Com a demolição e limpeza dos quarteirões seculares, a abertura e alargamento das avenidas e construção de um novo conjunto arquitetônico dotado de vários equipamentos urbanos (culturais, comerciais, administrativos, serviços), o caminhar pela cidade ganhou uma potência crescente, tornando-se cada vez menor a sedução de se reter em alguma parte, de decifrar algum detalhe da paisagem, de fitar os outros, de resguardar referenciais e de operar estranhamentos.¹⁰ Agora a distância entre a Rua da Concórdia e a Praça da República está a um passo; dobrando a direita em algum lugar, e caminhando reto pode se chegar à Estação Central; vagando pela Rua da Aurora e pondo o olhar no horizonte já se pode enxergar a outrora distante Olinda, com suas ruas e casarios coloniais, e para lá caminhar aceleradamente pelas avenidas que encurtam distâncias e tempos.

A área central do Recife se abre agora como um cenário desprovido de obstáculos ao tráfego crescente de transeuntes e veículos, e com ele foram desaparecendo os labirintos (ruelas, becos, travessas, ruas etc.) e as moradias carregadas de memórias e história, pelas quais os seus habitantes viviam uma experiência própria, histórias de que de há muito existia entre eles, mediações entre sujeitos que se conheciam e sociabilidades de valor consuetudinário. Agora o espaço é do mercado e dos produtores e consumidores de mercadorias, a morada das massas, da perpetuação e reprodução da divisão do trabalho e dos espetáculos da modernização. (BENJAMIN, 1989: 194-195 e 198-100)

Em 1924, Joaquim Cardozo, no seu poema *Recife Morto*, já antevia o futuro que estava reservado aos antigos espaços e edificações da cidade ante a sanha incontrolável das obras viárias que tomariam conta da cidade nas décadas subseqüentes e/ou promoveriam uma nova reurbanização ou reordenamento urbano de seus espaços e cenários:

Recife. Pontes e canais.
Alvarengas, açúcar, água rude, água negra.
Torres da tradição, desvairadas, aflitas,
Apontam para o abismo negro-azul das estrelas.
Pátio do Paraíso. Praça de São Pedro.
Lajes carcomidas, decrépitas calçadas.

⁹ Nos fundamentamos na percepção da paisagem urbana parisiense, após reformas urbana de Haussmann, contidas em BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 85.

¹⁰ Sobre a alteração no comportamento dos transeuntes das cidades, ver: BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p.186.

Falam baixo na pedra as vozes da alma antiga.
 Gotas de som sobre a cidade,
 Gritos de metal
 Que o silêncio da treva condensa em harmonia.
 As horas caem dos relógios do Diário,
 Da Faculdade de Direito e do Convento
 De São Francisco:
 Duas, três, quatro... a alvorada se anuncia.
 Agora a ouvir as horas que as torres apregoam
 Vou navegando o mar de sombra das vielas
 E o meu olhar penetra o reflexo, o prodígio,
 A humilde proteção dos telhados sombrios,
 O equilíbrio burguês dos postes e dos mastros,
 A ironia curiosa das sacadas.
 As janelas das velhas casas negras,
 Bocas abertas, desdentadas, dizem versos
 Para a mudez imbecil dos espaços imóveis.
 Vagam fantasmas pelas velhas ruas
 Ao passo que em falsete a voz fina do vento
 Faz rir os cartazes.
 Asas imponderáveis, úmidos véus enormes.
 Figuras amplas dilatadas pelo tempo,
 Vultos brancos de aparições estranhas.
 Vindos do mar, do céu... sonhos!... evocações!...
 A invasão! Caravelas no horizonte!
 Holandeses! Vryburg!
 Motins. Procissões. Ruído de soldados em marcha.
 Os andaimes parecem patíbulos erguidos
 Vão pela noite na alva do suplício
 Os mártires
 Dos grandes sonhos lapidados.
 Duendes!
 Manhã vindoura. No ar prenúncio de sinos.
 Recife,
 Ao clamor desta hora noturna e mágica,
 Vejo-te morto, mutilado, grande,
 Pregado à cruz das novas avenidas.
 E as mãos longas e verdes
 Da madrugada
 Te acariciam.
 (CARDOSO, 2003: 178-179)

Antevia o poeta, de há muito, a entrada em cena da sóbria realidade da nova paisagem e da nova arquitetura sob os auspícios do progresso e da modernização, saindo da cena urbana paulatinamente os espaços constituídos de sociabilidade entre as populações residentes de uma localidade. Este último aspecto nos é revelado pela queda vertiginosa do número de habitantes na área central do Recife, de 66.012 habitantes, em 1950; para 65.797 habitantes,

em 1960; e 52.446 habitantes, em 1980; com queda de 20,55% no número da população residente no período de duas décadas.¹¹ No tocante ao bairro de São José, área mais atingida pelo reordenamento urbano no período, o decréscimo no número de habitantes seria ainda mais significativo, com a população variando de 27.298 habitantes, em 1960; para 25.387, em 1970; e, por fim, para 20.217 habitantes, em 1980, perfazendo um decréscimo de 25,94% na população residente. Para o conjunto dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, podemos verificar, ainda, um decréscimo acentuado no número de residências: de 6.259 domicílios, em 1950; para 4.992 domicílios, em 1980; totalizando um decréscimo de 20,24% no número de residências. Nessa época, só o distrito da Boa Vista manteve um crescimento no número de área construída, mas muito mais em razão dos prédios com funções empresariais e de alguns conjuntos de edifícios residenciais nas suas fronteiras, mantendo-se praticamente estagnado o número de população residente.

Para a área central da cidade, as demolições e as obras viárias tiveram o significado e conteúdo de desfigurar e abolir para quase todo o sempre os traços de uma paisagem urbana carregada de história e os modos e experiências de vidas contidos em cada logradouro e edificação, onde outrora um colorido seu, uma aglomeração domiciliar e as fainas de labor incitava um cotidiano de trabalho e, também, passeios despreocupados. Agora os seus distritos estavam definitivamente subordinados à lógica do progresso e do apenas moderno.

Um dia, muito e muito antes desses dias, Joaquim Cardozo tentou, como um narrador que conhecia as histórias e os espaços de sua localidade, fazer um registro que pudesse, um dia, ser rememorado e comemorado.

Contudo, a paisagem urbana agora se permutava, se desarticulava, se alterava e se reconstituía em outra paisagem, como frisa o narrador-protagonista de *A rainha dos cárceres da Grécia*:

Por um lado, o que aí ocorre com o tempo imita ponto por ponto a desarticulação do espaço: as permutações ou enrugamentos da topografia real. (LINS, 1976: 207)

Nessa paisagem urbana não há mais espaço para o deslumbrante e o exercício de pensar a privação ou ausência daquilo que é necessário numa cidade, como um dia ainda o pôde fazer Joaquim Cardozo. Ao transeunte só cabe agora avaliar os resultados da nova paisagem, que brotam a cada instante, assistir à intrepidez da fúria modernizante que demole, desconstrói,

¹¹ Os indicadores que apresentamos acima foram recolhidos dos Censos Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

constrói, altera, deforma, reforma, forma coisas novas, puídas, belas, disformes e produz ruínas, mas que, assim como Saturno - que devora seus filhos - destrói e soterra também as suas coisas modernas, gastas pelo uso, e já agora sem utilidade. Espaços e tempos, monumentos e ruínas, detritos e vestígios, nomes e lugares, indivíduos e multidões que se intercalam e se moldam traduzindo-se numa nova singularização.

Mas talvez houvesse o risco de uma fissura demasiado ampla entre o espaço do romance e o espaço ordinário, não obstante as numerosas alusões às duas cidades reais, a edifícios tradicionais - como em Olinda o Mosteiro de São Bento ou no Recife o Palácio da Justiça - e a nomes verdadeiros de ruas: do Amparo, da Concórdia, do Príncipe, do Sol. Havia ainda o perigo de um corte ou, ao menos, de uma atenuação do nexo entre esse espaço feérico e a temática da penúria, cuja importância no livro é indiscutível. Julia M. Enone, hábil, desfaz as duas possibilidades mediante uma nova singularização: a personagem central avaliando os detritos urbanos. (LINS, 1976: 158)

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. III)
- BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. **Joaquim Cardozo: contemporâneo do futuro**. Recife: Ensol, 2003,
- IAB-PE/CEP. **CICLO de Debates: Política Urbana, Planejamento e Democracia**. Recife: IAB-PE/CEP, 1982.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, (Série Escalada)

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Tese de Doutorado em História), 2004.

PERNAMBUCO, Secretaria de Planejamento - FIDEM. **Região Metropolitana do Recife**: plano de preservação dos sítios históricos. Recife: FIDEM, 1978.

Discografia

VALENÇA, Alceu. **Molhado de Suor**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1974. Letras das canções de Alceu Valença: Disponível na Internet: <<http://www.nordesteweb.com/alceu>>. Acesso em: 12 mai. 2003.

Jornais e Revistas

A Construção Norte Nordeste. São Paulo: Editora PINI, set. 1974 a jan. 1975.

Diário de Pernambuco. Recife: Diários Associados, mai. 1974 a mar. 1977.